

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: natureza, conceito, objetos, elementos, fontes e classificações.1 Intepretação
do texto constitucional8
Normas constitucionais: classificações, aplicabilidade e eficácia14
Poder constituinte. Reforma e revisão constitucionais
Controle de constitucionalidade: conceito e sistemas existentes
Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade: normas constitucionais e
infraconstitucionais
Súmula vinculante (Lei nº 11.417/2006)
Direitos e Deveres Individuais Difusos e Coletivos. Direitos Sociais. Nacionalidade, cidadania
e direitos políticos. Partidos políticos 50
Ações constitucionais: mandado de segurança (Lei nº 12.016/2009);92
mandado de injunção (Lei nº 13.300/2016);99
ação popular (Lei nº 4.717/1965),
habeas data (Lei nº 9.507/1997) e habeas corpus
Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011)
Organização do Estado: organização político-administrativa; divisão de competências;
União; Estados; Distrito Federal; e Municípios130
Administração Pública: disposições gerais e servidores públicos157
Poder Legislativo: fundamento, competências e garantias de independência. Processo
legislativo
Poder Executivo. Formas e Sistemas de governo. Competências e responsabilidades do
presidente da República207
Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de
Justiça; Tribunais Regionais Federais e juízes federais; Tribunais e juízes dos Estados 221
Ministério Público e demais funções essenciais à justiça244
Defesa do Estado e das instituições democráticas. Segurança pública255
Ordem social: seguridade social; educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia;
comunicação social; meio ambiente; família, criança, adolescente, jovem e idoso271
Constituição do Estado do Rio Grande do Norte
DIDEITO DENAI
DIREITO PENAL
Canacita de Dineita Danel Dianacia ao manejo de Canatituição de Danública Fadanativa de
Conceito do Direito Penal. Disposições penais da Constituição da República Federativa do
Brasil. Fontes e princípios do Direito Penal. Teoria da norma penal. Lei penal: fontes,
características, interpretação, integração, vigência e aplicação. ,
A lei penal no tempo e no espaço23
Imunidade
Conflito aparente de normas
Teoria do crime: Classificação das Infrações Penais. Conceito de crime. Fato típico. Bem
jurídico. Conduta. Resultado. Relação de causalidade. Imputação Objetiva. Teoria do tipo.
Crime Doloso. Crime Culposo. Crime Preterdoloso. Iter criminis. Consumação e Tentativa.
Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Crime impossível.
44
llicitude e suas causas excludentes
Culpabilidade, elementos e causas excludentes
Erro: erro de tipo e erro de proibição. Erro na execução e resultado diverso do pretendido.
99
Concurso de pessoas
Penas, espécies de pena e medida de segurança. Aplicação da pena. Concurso de crimes.
Efeitos da condenação. Reabilitação106
140





mpeditivas e interruptivas	
Crimes contra o Patrimônio;	
Crimes Contra a Propriedade Imaterial;	
Crimes contra a Dignidade Sexual;	
Crimes contra a Incolumidade Pública;	
Crimes Contra a Família;	
Crimes Contra a Paz Pública;	
Crimes contra a Administração Pública; Crimes contra a Administração da Justiça.	328
Entendimento dos Tribunais Superiores acerca dos institutos de Direito Penal	381

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Direto processual penal. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal; princípios aplicáveis ao direito processual penal
Disposições preliminares do Código de Processo Penal. Aplicação e interpretação da lei
processual29
Inquérito policial46
A ação penal. Ação penal pública, ação penal privada, ação penal privada subsidiária da
pública. Características e disposições aplicáveis às diferentes espécies de ação penal58 Competência. Conexão e continência
Questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Medidas
Assecuratórias. Incidente de Falsidade. Incidente de Sanidade Mental do Acusado82
Prova. Teoria Geral e Admissibilidade da Prova. Meios de prova. Provas em espécie103 Cautelares reais e pessoais
Sujeitos do processo. Do juiz, do Ministério Público, do Acusado, do Defensor, dos
Assistentes e Auxiliares da Justiça
Prisão: prisão em flagrante; prisão preventiva; prisão temporária; liberdade; medidas
cautelares pessoais diversas da prisão; fiança; prisão domiciliar; audiência de custódia145
Fatos e atos processuais173
Citação, notificação e intimação177
Da sentença
Teoria geral do procedimento. Procedimento comum: ordinário, sumário e sumaríssimo.
Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos193
Teoria geral dos recursos. Princípios básicos. Recursos em espécie. Habeas Corpus.
Revisão Criminal
Nulidades
Entendimento dos Tribunais Superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.
Enterialmento dos Tribunais Superiores acerca dos institutos de Direito Frocessuai Ferial.







LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

	Decreto-Lei nº 3.688/1941 e suas alterações (Contravenções Penais)	1
	Lei nº 1.079/1950 e suas alterações (Lei de Crimes de Responsabilidade)	
	Lei nº 1.521/1951 e suas alterações (Crimes contra a Economia Popular)	
	Decreto-Lei nº 201/1967 e suas alterações (Lei de Crimes de Responsabilidade	dos
Pr	efeitos e Vereadores)	. 27
	Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Execução Penal)	. 32
	Lei nº 7.492/1986 e suas alterações (Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional)	
	Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (Preconceito de raça ou cor)	
	Lei nº 7.960/1989 e suas alterações (Prisão Temporária)	
	Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente)	
	Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Lei de Crimes Hediondos)	140
	Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Código de Defesa do Consumidor)	
	Lei nº 8.137/1990 e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica e tributária e	
rel	ações de consumo)	
	Lei nº 8.176/1991 e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica)	
_	Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica e Deci	
٦º	678/1992)	
	Lei nº 8.666/1993 e suas alterações (Lei de Licitações).	
	Lei nº 8.906/1994 e suas alterações (Estatuto da OAB).	
	Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Lei dos Juizados Especiais).	
	Lei nº 9.296/1996 e suas alterações (Lei de Interceptação Telefônica).	
	Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (Lei de Tortura).	
	Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (CTB).	
	Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (Lei do Meio Ambiente).	
	Lei nº 9.609/1998 e suas alterações (Lei do Software).	430 430
	Lei nº 9.610/1998 e suas alterações (Lei de Direitos Autorais)	439
~~	Lei nº 9.613/1998 e suas alterações e Lei nº 12.683/2012 e suas alterações (Lavagem	
JU	ultação de bens, direitos e valores)	
	Lei nº 10.671/2003 e suas alterações (Estatuto do Torcedor).	
	Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Horcedor).	
	Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).	
	Lei nº 11.101/2005 e suas alterações (Lei de Recuperações e Falência)	
	Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha)	
	Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (LAD)	
	Lei nº 12.037/2009 e suas alterações (Lei de Identificação Criminal do Civilme	nte
de	entificado).	
	Lei nº 12.737/2012 e suas alterações (Lei de Crimes Cibernéticos)	603
	Lei nº 12.830/2013 e suas alterações (Investigação Criminal pelo Delegado de Polícia).	607
	Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (Crime Organizado)	
	Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	620
	Lei nº 13.869/2019 e suas alterações (Lei de Abuso de Autoridade)	
	Lei nº 13.964/2019 e suas alterações (Pacote Anticrime).	





DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e Administração Fublica. conceitos, elementos, poderes e d	•
natureza, fins e princípios	1
Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios	12
Administração direta e indireta	
Órgãos públicos	
Agentes públicos	49
Processo Administrativo.	54
Poderes administrativos.	69
Ato administrativo	82
Serviços públicos	99
Entidades do terceiro setor.	116
Bens Públicos.	
Controle da administração. Tribunais de Contas. Ministério Público	
Improbidade Administrativa.	
Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013 e suas alterações)	
Lei de Responsabilidade Fiscal.	
Responsabilidade civil do Estado.	
Intervenção do Estado na Propriedade	
Licitação	
Contratos administrativos.	284
Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.	
Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande	
Complementar Estadual nº 122/1994 e suas alterações)	
Lei Orgânica e Estatuto da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do	
Complementar Estadual nº 270/2004 e suas alterações)	
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).	
DIDCITO CINANCCIDO C TDIDUTÁDIO	
DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	
	_
Finanças públicas na Constituição Federal de 1988	1
Orçamento: conceito e espécies, natureza jurídica, princípios orçamentários	
Normas gerais de direito financeiro (Lei nº 4.320/1964)	
Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000)	
Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos	
Despesa pública. Conceito e classificação	
Disciplina constitucional dos precatórios	
Receita pública. Conceito, ingressos e receitas. Classificação: receitas originário	
derivadas. Crédito público; dívida pública	82
Crimes contra as finanças públicas	
Sistema Tributário Nacional na Constituição. Dos princípios gerais	
Limitações constitucionais ao poder de tributar. Princípios constitucionais	
munidade e isenção. Modalidades de imunidade previstas na Constituição	
Competência tributária. Delegação de fiscalização e arrecadação (capacida	
ativa). Repartição constitucional de competências na federação brasileira	124
Impostos federais, estaduais e municipais na Constituição e no Código Tributá	rio Nacional.
Repartição constitucional das receitas tributárias	
	144
Definição de tributo e espécies de tributos: impostos, taxas, empréstimos o	144





Fontes do direito tributário. Conceito de fonte; fontes formais do direito tributário. Legislaç tributária: leis, tratados, convenções internacionais, decretos e normas complementares1	•
Vigência da legislação tributária. Aplicação da legislação tributária. Interpretação	е
integração da legislação tributária1	170
Obrigação principal e acessória: fato gerador;1	77
sujeitos ativo e passivo; capacidade tributária; domicílio tributário; ;	79
responsabilidade tributária; solidariedade tributária; substituição tributária; responsabilida	ade
dos sucessores; responsabilidade de terceiros; responsabilidade por infrações1	86
Crimes contra a Ordem Tributária (Lei nº 8.137/1990)1	95
Crédito tributário. Constituição; lançamento e suas modalidades2	
Causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Prescrição e decadênce	
	211
Garantias e Privilégios do Crédito Tributário2	228
Administração tributária: fiscalização; sigilo fiscal e prestação de informações; dívida ativ	va:
	235
Súmulas Vinculantes e entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores em maté	
tributária	248

DIREITO AMBIENTAL

Direito ambiental constitucional. Meio ambiente como direito fundamental. Competência ambientais legislativa e material. Deveres ambientais. Instrumentos jurisdicionais. Ação ci	vil
pública, ação penal pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popula	
mandado de injunção ambiental. Função ambiental pública e privada. Função social o	Ja
propriedade. Art. 225 da Constituição Federal de 1988.	.1
Conceito de meio ambiente e seus aspectos. Meio ambiente natural, artificial, cultural e d	
	23
Conceito de recursos naturais e meio ambiente como bens ambientais. Conceito de la decensión de la conceito de	
biodiversidade e desenvolvimento sustentável.	
Significado de direitos culturais.	
Princípios de direito ambiental. Prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuário-pagado	
cooperação, informação, participação, equidade intergeracional. Princípios da tutela	
patrimônio cultural. Cooperação, solidariedade, participação e informação, preservação do sí	
e proteção do entorno, uso compatível com a natureza do bem, prómonumento, valorização	
sustentável.	74 50
Licenciamento Ambiental.	
Política Nacional de Meio Ambiente. Objetivos. Instrumentos de proteção (técnicos	
econômicos). SISNAMA: estrutura e funcionamento. Lei nº 6.938/1981 e suas alterações	
Resolução do CONAMA nº 1/1986, e suas alterações (Relatório de Impacto Ambiental - El	
RIMA)	
Resolução do CONAMA nº 378/2006 (Empreendimentos potencialmente causadores impacto ambiental nacional ou regional).	ue 84
Recursos hídricos. Lei nº 9.433/1997 e suas alterações (política nacional de recurso	•
hídricos). Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)	
Recursos florestais. Lei nº 12.651/2012 e suas alterações.	
Lei nº 11.284/2006 (Gestão de florestas públicas). Significado de gestão e de concessa	
florestal. Espaços territoriais especialmente protegidos. Áreas de preservação permanente	
	2 7
Lei nº 9.985/2000 e suas alterações (SNUC). Tipos de unidades, objetivos e categoria	
1	
Política urbana. Diretrizes, instrumentos e competência. Artigos 182 e 183 da Constituiça	
Federal de 1988. Lei nº 10.257/2001 e suas alterações	
. 555.5. 55 . 555. E0. 11 . 10.201/2001 0 0560 680160000	





Responsabilidades. Efeito, impacto e dano ambiental. Poluição. Responsabilidade administrativa, civil e penal
MEDICINA LEGAL
Conceitos importâncias e divisões da medicina legal
CRIMINALÍSTICA
Noções de Criminalística. Definições e objetivos. Áreas de atuação da Criminalística. Conceito de criminalística





Criminologia. Conceito. Métodos: empirismo e interdisciplinaridade. Objetos da crir	minologia:
delito, delinquente, vítima, controle social. Funções da criminologia. Criminologia	e política
criminal. Direito penal	1
Modelos teóricos da criminologia. Teorias sociológicas	11
Prevenção da infração penal no Estado democrático de direito. Prevenção	primária.
Prevenção secundária. Prevenção terciária	18
Modelos de reação ao crime	24

